



## **1. Estrutura Institucional da Universidade**

A **Universidade Federal do Cariri – UFCA** é uma autarquia vinculada ao Ministério da Educação e sediada na Região Metropolitana do Cariri – RMC, no sul do estado do Ceará, Foi criada pela Lei Federal nº 12.826, de 05 de Junho de 2013 por desmembramento do Campus Cariri da Universidade Federal do Ceará – UFC, que é a instituição tutora durante o processo de implantação da nova universidade. A UFCA já tem unidades instaladas nas cidades de Juazeiro do Norte, Crato e Barbalha, e expansão prevista inicialmente para as cidades de Brejo Santo e Icó.

## **2. Base de Preparação das Demonstrações e das Práticas Contábeis**

As Demonstrações Contábeis da UFCA são elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei nº 4.320/1964, do Decreto-Lei nº 200/1967, do Decreto nº 93.872/1986, da Lei nº 10.180/2001 e da Lei Complementar nº 101/2000. Abrangem, também, as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) e o Manual SIAFI. Além das informações constantes nos relatórios do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI).

As NBCTSP citadas acima guardam correlação com as International Public Sector Accounting Standards – IPSAS, tendo em vista que o Brasil é um dos países signatários da convergência às normas internacionais.

O objetivo principal das demonstrações contábeis é fornecer, aos diversos usuários, informações sobre a situação econômico-financeira da entidade, quais sejam: a sua situação patrimonial, o seu desempenho e os seus fluxos de caixa, em determinado período ou exercício financeiro.

Compõem as notas explicativas as seguintes demonstrações contábeis:

- I. Balanço Patrimonial (BP);
- II. Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP);
- III. Balanço Orçamentário (BO);
- IV. Balanço Financeiro (BF); e
- V. Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC);

## **3. Resumo dos Principais Critérios e Políticas Contábeis**



---

### **Notas Explicativas 2º Trimestre de 2018**

---

A estrutura do orçamento público federal é estabelecida pelo Manual Técnico de Orçamento, elaborado pela Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

Por sua vez, a Lei Orçamentária Anual – LOA que dispõe sobre a previsão da receita e a fixação da despesa, no âmbito da União, compreende três orçamentos, quais sejam: a) o orçamento fiscal; b) o orçamento da Seguridade Social; e c) o orçamento de investimento das empresas estatais independentes, isto é, aquelas que não dependem de recursos do orçamento fiscal e da seguridade social para a manutenção das suas atividades.

Todos os entes federativos elaboram seu próprio orçamento (estados, distrito federal e municípios) e, da mesma forma, a União. Para fins de consolidação das contas públicas, critérios econômicos, contábeis, fiscais, orçamentários, entre outros, os recursos do ente União compreendem o Orçamento Fiscal e da Seguridade Social – OFSS.

#### **3.1 Consolidação das demonstrações contábeis**

A União, administração centralizada do Governo Federal, adota a metodologia de Consolidação das Demonstrações Contábeis, no momento da escrituração contábil, por meio dos critérios de compensação e de exclusão de itens das demonstrações que compensam ou eliminam, respectivamente, as transações realizadas entre as entidades que compõem o Orçamento Fiscal e da Seguridade Social – OFSS, ente econômico denominado União, e do qual a UFCA faz parte.

No Plano de Contas Aplicado ao Setor Público – PCASP, essas operações são realizadas a partir da identificação das contas contábeis que possuem o quinto nível igual a [2] – Intra – OFSS.

As regras de compensação são aplicadas às demonstrações: BP; BF; DVP; e DFC. Na DMPL, apesar de serem exibidos os valores consolidados nos grupos que compõem o patrimônio líquido, não são aplicadas regras de consolidação.

Em relação à consolidação do BF e da DFC, faz-se necessário um especial destaque em relação aos saldos de Caixa e Equivalentes de Caixa quando comparados os saldos dessas demonstrações com os apresentados no BP. Os saldos de Caixa e Equivalentes de Caixa do BF e da DFC são apresentados sem consolidação, enquanto que no BP ocorre a apresentação do valor consolidado, isto é, com a compensação entre ativos e passivos de quinto nível 2 – Intra.

Isso decorre da dificuldade de segregação dos fluxos exibidos no BF e na DFC, em relação às operações de natureza “Intra”, visto que a lógica de consolidação do modelo PCASP é de saldo de contas e não de fluxos financeiros.

#### **3.2 Conta Única do Governo Federal**

Outro aspecto relevante associado às práticas e políticas contábeis, refere-se à execução financeira, tanto na UFCA quanto nos demais órgãos públicos federais. Por força do Decreto nº



---

### **Notas Explicativas 2º Trimestre de 2018**

---

93.872/1986, todas as receitas e despesas, orçamentárias e extraorçamentárias, isto é, todos os recebimentos e pagamentos são realizados e controlados em um caixa único, derivado do princípio da unidade de tesouraria, denominado Conta Única, mantida no Banco Central do Brasil e gerenciada pela Secretaria do Tesouro Nacional.

#### **3.3 Ajustes de Exercícios Anteriores**

Há que se ressaltar também a prática contábil utilizada que se denomina Ajustes de Exercícios Anteriores. Esses ajustes compõem a linha de Resultados Acumulados do BP (também composta pelo Resultado do Exercício e pelos Resultados de Exercícios anteriores), que recebem registros tanto positivos quanto diminutivos que afetam diretamente o Patrimônio Líquido do órgão, isto é, sem transitar pelas contas de resultado, por se referir a exercícios encerrados. Cabe destacar que as contas de Ajustes de Exercícios Anteriores têm a finalidade de registrar os efeitos da mudança de critério contábil ou da retificação de erro imputável a exercício anterior que não possam ser atribuídos a fatos subsequentes.

#### **3.4 Recursos orçamentários x recursos financeiros**

Na Contabilidade Pública, recursos orçamentários e recursos financeiros são figuras distintas. O “orçamento público é o instrumento pelo qual o governo estima as receitas e fixa as despesas para poder controlar as finanças públicas e executar as ações governamentais”. (<http://www.transparencia.gov.br/glossario/>)

Os recursos financeiros decorrem da arrecadação das receitas (tributos) pelos entes públicos. A estimativa das receitas e das despesas é feita com base no comportamento da arrecadação ocorrida em exercícios anteriores. A previsão e a utilização de recursos públicos dependem de autorização legislativa, isto é, de uma lei, a denominada Lei Orçamentária Anual (LOA).

Para maior entendimento, “pode-se definir execução orçamentária como sendo a utilização dos créditos consignados no orçamento ou Lei Orçamentária Anual (LOA). Já a execução financeira, por sua vez, representa a utilização de recursos financeiros, visando atender a realização dos projetos e/ou atividades atribuídas às unidades orçamentárias pelo orçamento. A execução orçamentária está atrelada à execução financeira e vice-versa, pois havendo orçamento e não existindo o financeiro, não poderá ocorrer a despesa e por outro lado, pode haver recurso financeiro que não poderá ser gasto, caso não haja disponibilidade orçamentária”. (<http://www.conass.org.br>)

Assim, mesmo estando a despesa fixada no orçamento, a sua execução está condicionada à arrecadação das receitas no decorrer do exercício financeiro. Havendo frustração na arrecadação das receitas, o governo precisa conter a execução orçamentária, ou seja, reduzir a emissão de empenhos (créditos orçamentários). A “despesa pública é a aplicação (em dinheiro) de recursos do Estado para custear os serviços de ordem pública ou para investir no próprio desenvolvimento econômico do Estado. É o



---

### **Notas Explicativas 2º Trimestre de 2018**

---

compromisso de gasto dos recursos públicos, autorizados pelo Poder competente, com o fim de atender a uma necessidade da coletividade prevista no orçamento”. (<http://www.transparencia.gov.br/glossario>)

#### **3.5 Restos a Pagar**

De acordo com a Lei nº 4.320/1964, os Restos a Pagar correspondem às despesas empenhadas, mas que não foram pagas até 31 de dezembro do exercício financeiro correspondente, por não ter havido a entrega, em tempo hábil, dos produtos adquiridos ou da prestação integral dos serviços.

No encerramento de cada exercício financeiro, essas despesas devem ser registradas contabilmente como obrigações a pagar do exercício seguinte (“resíduos passivos”); e serão financiadas à conta de recursos arrecadados durante o exercício financeiro em que ocorreu a emissão do empenho. (<http://portal.tcu.gov.br/>)

Portanto, Restos a Pagar, referem-se a dívidas resultantes de compromissos gerados em exercícios financeiros anteriores àquele em que deveria ocorrer o pagamento.

A seguir são apresentados os principais critérios e políticas contábeis adotados no âmbito da UFCA, e nos demais órgãos públicos federais, tendo por base as normas contábeis e a classificação concebida pelo PCASP.

##### *a) Caixa e equivalentes de caixa*

Incluem dinheiro em caixa, conta única, demais depósitos bancários e aplicações de liquidez imediata. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis.

##### *b) Créditos a Curto Prazo*

Compreendem os direitos a receber a curto prazo relacionados, principalmente, com: (i) créditos não tributários; (ii) dívida ativa; (iii) transferências concedidas; (iv) empréstimos e financiamentos concedidos; (v) adiantamentos; e (vi) valores a compensar. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor original, acrescido das atualizações monetárias e juros.

##### *c) Investimentos e aplicações temporárias a curto prazo*

São as aplicações de recursos em títulos e valores mobiliários, não destinadas à negociação e que não fazem parte das atividades operacionais do órgão. Os valores são avaliados e mensurados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis.



*d) Estoques*

Compreendem as mercadorias para revenda (entre elas, os livros publicados pelas editoras universitárias), os produtos acabados e os em elaboração, almoxarifado e adiantamento a fornecedores. Na entrada, esses bens são avaliados pelo valor de aquisição ou produção/construção.

*e) Ativo Realizável a Longo Prazo*

Compreendem os direitos a receber a longo prazo principalmente com: (i) créditos não tributários; (ii) dívida ativa; (iii) empréstimos e financiamentos concedidos; (iv) investimentos temporários; e (v) estoques. Os valores são avaliados e mensurados pelo valor original e, quando aplicável, são acrescidos das atualizações e correções monetárias, de acordo com as taxas especificadas nas respectivas operações.

*f) Imobilizado*

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação.

*g) Intangíveis*

Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos, destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade, são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido o saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando tiverem vida útil definida) e o montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (*impairment*).

*h) Depreciação, amortização ou exaustão de bens móveis imóveis não cadastrados no SPIUnet e bens móveis*

A base de cálculo para a depreciação, a amortização e a exaustão é o custo do ativo imobilizado, compreendendo tanto os custos diretos como os indiretos. O método de cálculo dos encargos de depreciação é aplicável a toda a Administração Pública direta, autárquica e fundacional para os bens imóveis que não são cadastrados no SPIUnet e para os bens móveis é o das quotas constantes. No âmbito da UFCA a depreciação dos bens imóveis ainda não é realizada tendo em vista a não incorporação de imóveis da antiga UFC e a não conclusão das obras em andamento.



---

**Notas Explicativas 2º Trimestre de 2018**

---

Em relação aos Bens Móveis, o saldo contábil dos referidos bens constante no SIAFI divergem dos Relatórios de Movimentação de Bens Móveis (RMB) enviados mensalmente pelo setor patrimonial, em virtude da não incorporação de bens doados pela UG 153045 (UFC) através do processo 13278/2016-43, transferidos via SIAFI na data de 31/10/2016 através do Título de Crédito 2016PA001112. Outro fator é a não evidenciação nos Relatórios de Movimentação de Bens Móveis (RMB) das entradas e calculo da depreciação dos bens Materiais Bibliográficos – Conta 123110402. No intuito de regularização das pendências, medidas estão sendo tomadas, como reuniões e definição de atribuições das partes envolvidas no processo.

*i) Provisões*

Provisões são obrigações presentes, derivadas de eventos passados, cujos pagamentos se esperam que resultem para a entidade, saídas de recursos capazes de gerar benefícios econômicos ou potencial de serviços, e que possuem prazo ou valor incerto.

As provisões estão segregadas em seis categorias: (i) riscos trabalhistas; (ii) riscos fiscais; (iii) riscos cíveis; (iv) repartição de créditos tributários; (v) provisões matemáticas; e (vi) outras.

*j) Apuração do resultado*

No modelo PCASP, é possível a apuração dos seguintes resultados:

- I. Patrimonial;
- II. Orçamentário; e
- III. Financeiro.

**(a) Resultado patrimonial**

A apuração do resultado patrimonial consiste na confrontação das variações patrimoniais aumentativas (VPA) com as variações patrimoniais diminutivas (VPD) constantes da Demonstração das Variações Patrimoniais. A DVP evidencia as alterações (mutações) verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indicará o resultado patrimonial do exercício que passa a compor o saldo patrimonial do Balanço Patrimonial.

**(b) Resultado financeiro**

O resultado financeiro representa o confronto entre ingressos e dispêndios, orçamentários e extraorçamentários, que ocorreram durante o exercício e alteraram as disponibilidades do órgão. Pelo Balanço Financeiro, é possível realizar a apuração do resultado financeiro. Esse



---

### **Notas Explicativas 2º Trimestre de 2018**

---

resultado não deve ser confundido com o superávit ou déficit financeiro do exercício apurado no Balanço Patrimonial. Pela observância do princípio de caixa único, é possível, também, verificar o resultado financeiro na Demonstração dos Fluxos de Caixa – DFC, que apresenta as entradas e saídas de caixa e as classifica em fluxos operacional, de investimento e de financiamento.

#### **(c) Resultado orçamentário**

O regime orçamentário da União segue o disposto no art. 35 da Lei nº 4.320/1964. Desse modo, pertencem ao exercício financeiro as receitas nele arrecadadas e as despesas nele legalmente empenhadas.

O resultado orçamentário representa o confronto entre as receitas orçamentárias realizadas e as despesas orçamentárias empenhadas, não se computando, portanto, as despesas liquidadas e as despesas pagas, em atendimento ao art. 35 supracitado. O superávit/déficit é apresentado diretamente no Balanço Orçamentário. O déficit é apresentado junto às receitas a fim de demonstrar o equilíbrio do Balanço Orçamentário; enquanto que o superávit é apresentado junto às despesas.

As colunas de “Previsão Inicial” e “Previsão Atualizada” da Receita conterão os valores correspondentes às receitas próprias<sup>10</sup> ou aos decorrentes de recursos vinculados a despesas específicas, fundo ou órgão, consignados na LOA.

#### **4. Notas Explicativas ao Balanço Orçamentário – BO**

A Universidade Federal do Cariri (UFCA), tem uma receita prevista para 2018 provenientes de arrecadação própria no valor de R\$ 564.954,00 e uma despesa fixada no valor de R\$ 105.483.910,00 conforme será apresentado a seguir.

##### **4.1 Execução das Receitas Orçamentárias**

Durante o segundo trimestre de 2018 as receitas próprias arrecadadas totalizaram um valor de R\$ 320.613,17, representando 56,75% das receitas anuais previstas. Compondo o resultado parcial estão as “Receitas Patrimoniais” relativas a aluguéis e arrendamentos no valor de R\$ 11.178,09, representando 3,49% do arrecadado e as “Receitas de Serviços” relativas a Serviços Administrativos no valor de R\$ 260.818,81 representando 81,35% e Inscrições em Concursos e Processos Seletivos no valor de R\$ 48.616,27 representando 15,16% do total arrecadado, dessa forma, as “Receitas de Serviços” obtiveram um melhor desempenho sendo responsável por um total de R\$ 309.435,08, isso corresponde a 96,51% das receitas realizadas até 30/06/2018.





**Notas Explicativas 2º Trimestre de 2018**

A Tabela a seguir apresenta as receitas da universidade conforme Categoria Econômica, origem e espécie.

Tabela 01 – Receita Orçamentária: Composição

R\$ Mil

RECEITA					
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO	Realização
<b>RECEITAS CORRENTES</b>					
<b>Receitas Tributárias</b>	<b>564.954,00</b>	<b>564.954,00</b>	<b>320.613,17</b>	<b>-244.340,83</b>	<b>56,75%</b>
Impostos	-	-	-	-	-
Taxas	-	-	-	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-	-	-	-
<b>Receitas de Contribuições</b>	-	-	-	-	-
Contribuições Sociais	-	-	-	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-	-	-	-
Cont. Entidades Privadas de Serviço Social Formação Profis.	-	-	-	-	-
<b>Receita Patrimonial</b>	<b>27.296,00</b>	<b>27.296,00</b>	<b>11.178,09</b>	<b>-16.117,91</b>	<b>40,95%</b>
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	27.296,00	27.296,00	11.178,09	-16.117,91	40,95%
Valores Mobiliários	-	-	-	-	-
Delegação de Serviços Públicos	-	-	-	-	-
Exploração de Recursos Naturais	-	-	-	-	-
Exploração do Patrimônio Intangível	-	-	-	-	-
Cessão de Direitos	-	-	-	-	-
Demais Receitas Patrimoniais	-	-	-	-	-
<b>Receita Agropecuária</b>	-	-	-	-	-
<b>Receita Industrial</b>	-	-	-	-	-
<b>Receitas de Serviços</b>	<b>537.658,00</b>	<b>537.658,00</b>	<b>309.435,08</b>	<b>-228.222,92</b>	<b>57,55%</b>
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	537.658,00	537.658,00	309.435,08	-228.222,92	57,55%
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	-	-	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à Saúde	-	-	-	-	-
Serviços e Atividades Financeiras	-	-	-	-	-
Outros Serviços	-	-	-	-	-
<b>Transferências Correntes</b>	-	-	-	-	-
<b>Outras Receitas Correntes</b>	-	-	-	-	-
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	-	-	-	-	-
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	-	-	-	-	-
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	-	-	-	-	-
Demais Receitas Correntes	-	-	-	-	-
<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>	-	-	-	-	-
<b>Operações de Crédito</b>	-	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Interno	-	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Externo	-	-	-	-	-
<b>Alienação de Bens</b>	-	-	-	-	-
Alienação de Bens Móveis	-	-	-	-	-
Alienação de Bens Imóveis	-	-	-	-	-
Alienação de Bens Intangíveis	-	-	-	-	-
<b>Amortização de Empréstimos</b>	-	-	-	-	-
<b>Transferências de Capital</b>	-	-	-	-	-
<b>Outras Receitas de Capital</b>	-	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>564.954,00</b>	<b>564.954,00</b>	<b>320.613,17</b>	<b>-244.340,83</b>	<b>56,75%</b>

Fonte: Balanço Orçamentário 2018.

Nota: Dentre os principais serviços geradores de receitas próprias na universidade, encontram-se as Taxas por Inscrição em Concurso e Processos Seletivos e as provenientes de Serviços de Alimentação fornecidos no Restaurante Universitário.

#### 4.2 Visão geral da Execução das Despesas Orçamentárias

Até o segundo trimestre de 2018 a provisão recebida pela UFCA com fundamento na LOA, totalizou R\$ 106.717.317,00, representando 101,17% do total fixado na LOA, encontrando-se o valor de R\$ 78.841.420,22 já empenhado, representando 73,88% da provisão recebida. Do valor empenhado R\$





Ministério da Educação – MEC  
 Universidade Federal do Cariri – UFCA  
 Pró-Reitoria de Administração – PROAD  
 Coordenadoria de Contabilidade e Finanças – CCF

**Notas Explicativas 2º Trimestre de 2018**

57.291.393,43 refere-se a folha de pagamento e R\$ 12.272.936,54 refere-se a Ação 14XP (Implantação da UFCA), representando respectivamente 72,67% e 15,57% do total empenhado no período.

Tabela 02 – Despesa Orçamentária: Detalhamento

Ação Governo		Grupo Despesa		Métrica	Saldo R\$ (Item Informação)						
				PTRES	CREDITO DISPONIVEL	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS EMPENHADAS A LIQUIDAR	DESPESAS LIQUIDADAS A PAGAR	DESPESAS PAGAS		
000Q	CONTRIBUICOES A ORGANISMOS INTERNACIONAIS SEM EXIGENCIA DE P	3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	128287	7.000,00						
				138774	800,00						
				138775	3.200,00						
				<b>Total</b>	<b>11.000,00</b>						
00P1	APOIO A RESIDENCIA EM SAUDE	3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	108065	0,00	1.393.416,94	558.159,84	0,00	835.257,10		
				<b>Total</b>	<b>0,00</b>	<b>1.393.416,94</b>	<b>558.159,84</b>	<b>0,00</b>	<b>835.257,10</b>		
00PW	CONTRIBUICOES A ENTIDADES NACIONAIS SEM EXIGENCIA DE PROGRAM	3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	137090	0,00	2.000,00	0,00	0,00	2.000,00		
				137091	0,20	9.500,80	0,00	0,00	9.500,80		
				138773	13.657,86	20.393,14	0,00	0,00	20.393,14		
				148558	0,00	4.448,00	0,00	0,00	4.448,00		
<b>Total</b>	<b>13.658,06</b>	<b>36.341,94</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>36.341,94</b>						
0181	APOSENTADORIAS E PENSOES CIVIS DA UNIAO	1	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	088913	56.786,00	348.390,00	94.151,43	0,00	254.238,57		
				<b>Total</b>	<b>56.786,00</b>	<b>348.390,00</b>	<b>94.151,43</b>	<b>0,00</b>	<b>254.238,57</b>		
0487	CONCESSAO DE BOLSAS DE ESTUDOS NO ENSINO SUPERIOR	3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	108452	0,00	22.674,18	22.074,18	600,00			
				<b>Total</b>	<b>0,00</b>	<b>22.674,18</b>	<b>22.074,18</b>	<b>600,00</b>			
09HB	CONTRIBUICAO DA UNIAO, DE SUAS AUTARQUIAS E FUNDACOES PARA O	1	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	128282	1.374.486,88	9.016.959,12	4.304.121,42	0,00	4.712.837,70		
				<b>Total</b>	<b>1.374.486,88</b>	<b>9.016.959,12</b>	<b>4.304.121,42</b>	<b>0,00</b>	<b>4.712.837,70</b>		
14XP	IMPLANTACAO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO CARIRI - UFCA	4	INVESTIMENTOS	109015	303.775,91	1.196.224,09	1.191.275,89	4.948,20			
				3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	109015	9.605.547,55	11.076.712,45	5.730.344,36	1.002.478,98	4.343.889,11
						<b>Total</b>	<b>9.909.323,46</b>	<b>12.272.936,54</b>	<b>6.921.620,25</b>	<b>1.007.427,18</b>	<b>4.343.889,11</b>
2004	ASSISTENCIA MEDICA E ODONTOLOGICA AOS SERVIDORES CIVIS, EMPR	3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	088918	198.469,93	804.995,07	301.521,44	0,00	503.473,63		
				<b>Total</b>	<b>198.469,93</b>	<b>804.995,07</b>	<b>301.521,44</b>	<b>0,00</b>	<b>503.473,63</b>		
20GK	FOMENTO AS ACOES DE GRADUACAO, POS-GRADUACAO, ENSINO, PESQUI	3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	128284	8.000,00	4.000,00	2.800,00	400,00	800,00		
				137901	193.600,00	261.800,00	224.400,00	37.400,00			
				141700	500.000,00						
<b>Total</b>	<b>701.600,00</b>	<b>265.800,00</b>	<b>227.200,00</b>	<b>37.800,00</b>	<b>800,00</b>						
20RJ	APOIO A CAPACITACAO E FORMACAO INICIAL E CONTINUADA PARA A E	3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	108456	0,00	14.348,20	14.348,20				
				<b>Total</b>	<b>0,00</b>	<b>14.348,20</b>	<b>14.348,20</b>				
20TP	ATIVOS CIVIS DA UNIAO	1	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	088912	14.216.646,69	47.926.044,31	17.002.623,93	0,00	30.923.420,38		
				<b>Total</b>	<b>14.216.646,69</b>	<b>47.926.044,31</b>	<b>17.002.623,93</b>	<b>0,00</b>	<b>30.923.420,38</b>		
212B	BENEFICIOS OBRIGATORIOS AOS SERVIDORES CIVIS, EMPREGADOS, MI	3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	138769	39.601,00	456.605,00	205.470,65	0,00	251.134,35		
				138770	1.569,00	14.000,00	6.550,57	0,00	7.449,43		
				138771	745.298,00	2.375.000,00	803.092,02	0,00	1.571.907,98		
				138772	4.718,18	18.909,82	8.429,75	0,00	10.480,07		
<b>Total</b>	<b>791.186,18</b>	<b>2.864.514,82</b>	<b>1.023.542,99</b>	<b>0,00</b>	<b>1.840.971,83</b>						
216H	AJUDA DE CUSTO PARA MORADIA OU AUXILIO-MORADIA A AGENTES PUB	3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	112379	10.000,00						
				<b>Total</b>	<b>10.000,00</b>						
4002	ASSISTENCIA AO ESTUDANTE DE ENSINO SUPERIOR	3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	109016	858.003,50	3.605.338,50	1.777.307,75	462.496,00	1.365.534,75		
				109019	12.015,00						
<b>Total</b>	<b>870.018,50</b>	<b>3.605.338,50</b>	<b>1.777.307,75</b>	<b>462.496,00</b>	<b>1.365.534,75</b>						
4572	CAPACITACAO DE SERVIDORES PUBLICOS FEDERAIS EM PROCESSO DE Q	3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	109014	10.493,97	269.660,60	84.611,99	14.312,16	170.736,45		
				<b>Total</b>	<b>10.493,97</b>	<b>269.660,60</b>	<b>84.611,99</b>	<b>14.312,16</b>	<b>170.736,45</b>		
8282	REESTRUTURACAO E EXPANSAO DE INSTITUICOES FEDERAIS DE ENSINO	4	INVESTIMENTOS	109017	0,00						
				148269	1.500.000,00						
		3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	109017	0,00						
				109020	48.221,00						
				148269	0,00						
<b>Total</b>	<b>1.548.221,00</b>										
<b>Total</b>			<b>29.711.890,67</b>	<b>78.841.420,22</b>	<b>32.331.283,42</b>	<b>1.522.635,34</b>	<b>44.987.501,46</b>				

Fonte: Tesouro Gerencial



Compondo a dotação da tabela acima, estão inseridos valores além dos saldos autorizados na Lei Orçamentária, os mesmos referem-se aos destaques recebidos via Termo de Execução Descentralizada totalizando o valor de R\$ 1.885.839,32. Dentre eles, o maior percentual refere-se ao TED/MEC 6855 – BOLSA DE RESIDÊNCIA EM SAÚDE no valor total de R\$ 1.393.416,94 e ao TED/MEC 7225 – PROGRAMA DE PRECEPTORIA PARA INTERNATO DO CURSO DE MEDICINA no valor de R\$ 455,400,00.

#### 4.3 Execução das Despesas Orçamentárias

As despesas Orçamentárias da Universidade Federal do Cariri consignadas na Lei Orçamentária de 2018 são compostas por Pessoal e encargos Sociais (63,25%), Outras Despesas Correntes (31,18%) e Investimentos (5,57%).

Gráfico 01 – Execução da Despesa Orçamentária



Fonte: Tesouro Gerencial



**Notas Explicativas 2º Trimestre de 2018**

Tabela 03 – Despesa Orçamentária: Item Informação

Item Informação	Saldo R\$ (Item Informação)
DESPESAS EMPENHADAS	78.841.420,22
DESPESAS PAGAS	44.987.501,46
DESPESAS EMPENHADAS A LIQUIDAR	32.331.283,42
CREDITO DISPONIVEL	29.711.890,67
RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS INSCRITOS	11.113.939,30
DESPESAS LIQUIDADAS A PAGAR	1.522.635,34

Fonte: Tesouro Gerencial

Tabela 04 – Despesa Orçamentária: Execução

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>99.606.048,00</b>	<b>103.717.317,00</b>	<b>77.645.196,13</b>	<b>46.505.188,60</b>	<b>44.987.501,46</b>	<b>26.072.120,87</b>
Pessoal e Encargos Sociais	66.715.943,00	72.939.313,00	57.291.393,43	35.890.496,65	35.890.496,65	15.647.919,57
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	32.890.105,00	30.778.004,00	20.353.802,70	10.614.691,95	9.097.004,81	10.424.201,30
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>5.877.862,00</b>	<b>3.000.000,00</b>	<b>1.196.224,09</b>	<b>4.948,20-</b>	-	<b>1.803.775,91</b>
Investimentos	5.877.862,00	3.000.000,00	1.196.224,09	4.948,20-	-	1.803.775,91
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
<b>RESERVA DE CONTINGÊNCIA</b>	-	-	-	-	-	-
<b>RESERVA DO RPPS</b>	-	-	-	-	-	-
<b>Subtotal das Despesas</b>	<b>105.483.910,00</b>	<b>106.717.317,00</b>	<b>78.841.420,22</b>	<b>46.510.136,80</b>	<b>44.987.501,46</b>	<b>27.875.896,78</b>

Fonte: Balanço Orçamentário, 2018

Dentre os valores empenhados até o segundo trimestre de 2018, as despesas com Pessoal e Encargos Sociais representaram (72,67%), Outras Despesas Correntes (25,82%) e investimento (1,52%) das despesas totais. Sendo empenhado no período, 56,28% da dotação atualizada consignado no orçamento da universidade. Ressalta-se que R\$ 1.500.000,00 do orçamento destinado a Investimentos que encontrava-se bloqueado no primeiro trimestre foi desbloqueado para utilização durante o segundo período de 2018.

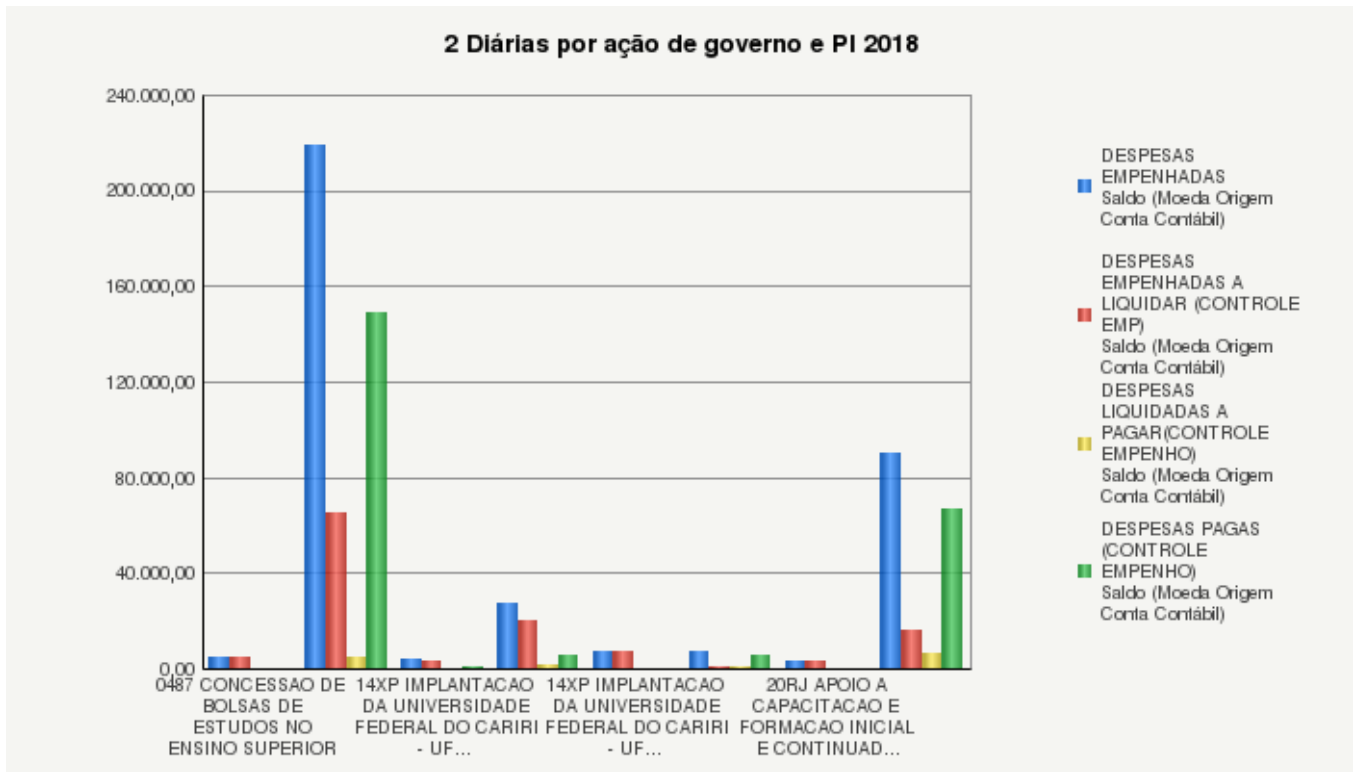
#### 4.4 Diárias por Ação de Governo e PI 2018

O gráfico e a tabela a seguir apresentam a execução de diárias no exercício 2018, dentre as elas, pode-se constatar que 60,11% das despesas com diárias foram utilizadas na ação 14 XP – Gestão Administrativa, 24,74% na ação 4572 – Capacitação de Servidores e 7,56% na ação 14 XP – Pesquisa.



**Notas Explicativas 2º Trimestre de 2018**

Gráfico 02 – Diárias por ação de governo e PI 2018.



Fonte: Tesouro Gerencial

Tabela 05 – Execução de Diárias

Ação Governo		PTRES	Item Informação		DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS EMPENHADAS A LIQUIDAR (CONTROLE EMP)	DESPESAS LIQUIDADAS A PAGAR (CONTROLE EMPENHO)	DESPESAS PAGAS (CONTROLE EMPENHO)
			PI		Saldo (Moeda Origem Conta Contábil)	Saldo (Moeda Origem Conta Contábil)	Saldo (Moeda Origem Conta Contábil)	Saldo (Moeda Origem Conta Contábil)
0487	CONCESSAO DE BOLSAS DE ESTUDOS NO ENSINO SUPERIOR	108452	OCCCU09414N	BF SUPERIOR - PROAP	5.124,18	5.124,18		
14XP	IMPLANTACAO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO CARIRI - UFCA	109015	M14XPG01GAN	GESTAO ADMINISTRATIVA	218.650,00	65.197,87	4.614,13	148.838,00
14XP	IMPLANTACAO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO CARIRI - UFCA	109015	M14XPG19ENN	ENSINO	4.000,00	3.029,81	0,00	970,19
14XP	IMPLANTACAO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO CARIRI - UFCA	109015	M14XPG20PEN	PESQUISA	27.500,00	20.136,03	1.923,58	5.440,39
14XP	IMPLANTACAO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO CARIRI - UFCA	109015	M14XPG21EXN	EXTENSAO	7.500,00	7.500,00		
14XP	IMPLANTACAO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO CARIRI - UFCA	109015	M14XPG99CLN	CULTURA	7.400,00	677,59	967,52	5.754,89
20RJ	APOIO A CAPACITACAO E FORMACAO INICIAL E CONTINUADA PARA A E	108456	QCC62T58MAN	UAB - UAB PROFMAT	3.587,20	3.587,20		
4572	CAPACITACAO DE SERVIDORES PUBLICOS FEDERAIS EM PROCESSO DE Q	109014	V4572N01CPN	CAPACITACAO DE SERVIDORES	90.000,00	16.472,57	6.788,16	66.739,27
<b>Total</b>					<b>363.761,38</b>	<b>121.725,25</b>	<b>14.293,39</b>	<b>227.742,74</b>

Fonte: Tesouro Gerencial

**4.5 Provisão Recebida por Ação de Governo**



**Notas Explicativas 2º Trimestre de 2018**

Tabela 06 – Provisão Recebida por Ação (2018)

Ação Governo	Item	DOTACAO INICIAL		DOTACAO SUPLEMENTAR		DOTACAO ATUALIZADA		DOTACAO CANCELADA E REMANEJADA		
		PTRES	Saldo R\$ (Item Informação)	Movimento R\$ (Item Informação)	Saldo R\$ (Item Informação)	Movimento R\$ (Item Informação)	Saldo R\$ (Item Informação)	Movimento R\$ (Item Informação)	Saldo R\$ (Item Informação)	Movimento R\$ (Item Informação)
000Q CONTRIBUICOES A ORGANISMOS INTERNACIONAIS SEM EXIGENCIA DE P	128287		7.000,00	0,00			7.000,00	0,00		
	138774		800,00	0,00			800,00	0,00		
	138775		3.200,00	0,00			3.200,00	0,00		
00PW CONTRIBUICOES A ENTIDADES NACIONAIS SEM EXIGENCIA DE PROGRAM	137090		0,00	0,00			2.000,00	0,00	2.000,00	0,00
	137091		0,00	0,00			9.501,00	0,00	9.501,00	0,00
	138773		50.000,00	0,00			34.051,00	0,00	(15.949,00)	0,00
	148558		0,00	0,00			4.448,00	0,00	4.448,00	0,00
0181 APOSENTADORIAS E PENSOES CIVIS DA UNIAO	088913		260.000,00	0,00	145.176,00	0,00	405.176,00	0,00	0,00	0,00
09HB CONTRIBUICAO DA UNIAO, DE SUAS AUTARQUIAS E FUNDACOES PARA O	128282		9.375.610,00	0,00	1.015.836,00	0,00	10.391.446,00	0,00	0,00	0,00
14XP IMPLANTACAO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO CARIRI - UFCA	109015		22.182.260,00	0,00			22.182.260,00	0,00	0,00	0,00
2004 ASSISTENCIA MEDICA E ODONTOLOGICA AOS SERVIDORES CIVIS, EMPR	088918		905.724,00	0,00	97.741,00	0,00	1.003.465,00	0,00	0,00	0,00
20GK FOMENTO AS ACOES DE GRADUACAO, POS-GRADUACAO, ENSINO, PESQUI	128284		12.000,00	0,00			12.000,00	0,00	0,00	0,00
	141700		500.000,00	0,00			500.000,00	0,00		
20TP ATIVOS CIVIS DA UNIAO	088912		57.080.333,00	0,00	5.062.358,00	0,00	62.142.691,00	0,00	0,00	0,00
212B BENEFICIOS OBRIGATORIOS AOS SERVIDORES CIVIS, EMPREGADOS, MI	138769		474.218,00	0,00	21.988,00	0,00	496.206,00	0,00	0,00	0,00
	138770		10.867,00	0,00	4.702,00	0,00	15.569,00	0,00	0,00	0,00
	138771		3.079.884,00	0,00	40.414,00	0,00	3.120.298,00	0,00	0,00	0,00
	138772		23.628,00	0,00			23.628,00	0,00	0,00	0,00
216H AJUDA DE CUSTO PARA MORADIA OU AUXILIO-MORADIA A AGENTES PUB	112379		10.000,00	0,00			10.000,00	0,00		
4002 ASSISTENCIA AO ESTUDANTE DE ENSINO SUPERIOR	109016		4.463.342,00	0,00			4.463.342,00	0,00	0,00	0,00
	109019		12.015,00	0,00			12.015,00	0,00		
4572 CAPACITACAO DE SERVIDORES PUBLICOS FEDERAIS EM PROCESSO DE Q	109014		330.000,00	0,00			330.000,00	0,00	0,00	0,00
8282 REESTRUTURACAO E EXPANSAO DE INSTITUICOES FEDERAIS DE ENSINO	109017		6.654.808,00	0,00			0,00	0,00	(6.654.808,00)	0,00
	109020		48.221,00	0,00			48.221,00	0,00		
	148269						1.500.000,00	0,00	1.500.000,00	0,00
<b>Total</b>			<b>105.483.910,00</b>	<b>0,00</b>	<b>6.388.215,00</b>	<b>0,00</b>	<b>106.717.317,00</b>	<b>0,00</b>	<b>(5.154.808,00)</b>	<b>0,00</b>

Fonte: Tesouro Gerencial

**5. Execução Orçamentária dos Restos a Pagar**

A Universidade Federal do Cariri, autarquia federal vinculada ao Ministério da Educação, possuía em Janeiro de 2018 um total de R\$ 16.834.128,67 inscrito em Restos a Pagar Não Processados, sendo destes R\$ 11.113.939,30 referente a valores inscrito em 2017 e R\$ 5.720.189,37 Saldo de Restos a Pagar Não Processados dos exercícios de 2016 e 2015, conforme demonstrado na tabela abaixo:

Tabela 07: Restos a Pagar Não Processados inscritos

R\$ Mil

Órgão	Inscrito em 2017(a)	Inscrito em Exercícios Anteriores(b)	Total Inscrito (c)
Universidade Federal do Cariri – UFCA	11.113.939,30	5.720.189,37	16.834.128,67
<b>Total</b>	<b>11.113.939,30</b>	<b>5.720.189,37</b>	<b>16.834.128,67</b>

Fonte: Tesouro Gerencial, 2018

Nota: A coluna 'Total Inscrito' representa a soma dos Restos a Pagar Não Processados (inscritos mais reinscritos).



**Notas Explicativas 2º Trimestre de 2018**

Quanto ao total de Restos a Pagar reinscritos, apresentado na tabela acima, constatou-se que 76,64% foram provenientes dos valores inscritos no exercício 2016 e 23,36% referente aos empenhos 2015NE800012 (cancelado) e 2015NE800294 (executado). A UFCA atualmente não possui saldos de empenhos de exercícios anteriores a 2016.

A tabela a seguir apresenta os valores inscrito por Categoria Econômica da Despesa

Tabela 08: Execução dos Restos a Pagar Não Processados Inscritos: Origem do orçamento executado (resumo)

Órgão	Inscrito (a)	Liquidados (b)	Pagos (c)	Cancelados (d)	Saldo (e)	b/a%
UFCA	16.834.128,67	9.032.019,46	8.133.980,13	1.010.418,65	6.791.690,56	53,65
<b>Total</b>	<b>16.834.128,67</b>	<b>9.032.019,46</b>	<b>8.133.980,13</b>	<b>1.010.418,65</b>	<b>6.791.690,56</b>	<b>53,65</b>

Fonte: Tesouro Gerencial

Nota: A coluna 'Total Inscrito' representa a soma dos Restos a Pagar Não Processados (inscritos mais reinscritos).

Quanto ao total dos Restos a Pagar Não Processados Inscritos e os Reinscritos relativos ao exercício 2016, um total de 53,65% foram liquidados até o segundo trimestre de 2018.

A tabela abaixo, demonstra que cerca de 75,12% do saldo inscrito se refere as despesas com investimentos, cujo montante refere-se as contratações de empresas de construção civil e aquisições de equipamentos.

Tabela 09: Execução dos Restos a Pagar Não Processados Inscritos por Natureza de Despesa

R\$ mil

Órgão	Inscrito	Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo	%
Outras despesas correntes	4.187.678,75	2.117.230,80	1.996.186,07	995.587,73	1.074.860,22	23,44
Investimentos	12.646.449,92	6.914.788,66	6.137.794,06	14.830,92	5.716.830,34	76,56
<b>Total</b>	<b>16.834.128,67</b>	<b>9.032.019,46</b>	<b>8.133.980,13</b>	<b>1.010.418,65</b>	<b>6.791.690,56</b>	<b>100%</b>

Fonte: Tesouro Gerencial

Dentre os valores inscrito no Grupo de Natureza de Despesa Investimento destaca-se o elemento Obras em Andamentos o qual consta o empenho 2017NE800345 referente a reforma, ampliação, urbanização, guarita de acesso e estacionamento do instituto de formação de educadores da UFCA, campus de Brejo Santo, atualmente com saldo no valor de R\$ 1.492.415,45 e o empenho 2016NE800124 para Construção de um prédio Multiúso com 05 pavimentos, 01 galpão e passarela de acesso – 7ª Etapa dos Campus Juazeiro do Norte, com saldo no valor de R\$ 2.307.409,02 referente a execução do contrato no período de 16/05/2016 à 01/01/2019.



**Notas Explicativas 2º Trimestre de 2018**

O valor das despesas inscritas em restos a pagar não processados na UFCA se justifica pela existência de excepcionalidades legais quanto à validade destas despesas. Segundo o artigo 68, § 3º, II, do Decreto 93.872, de 23 de dezembro de 1986, permanecem válidas, após 30 de junho do segundo ano subsequente ao de sua inscrição, os restos a pagar não processados que se refiram às despesas do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, do Ministério da Saúde e do **Ministério da Educação, financiadas com recursos destinados à Manutenção e Desenvolvimento do Ensino.**

Desse modo, conforme explicitado na tabela abaixo, a totalidade dos saldos de Restos a Pagar Não Processados constantes na UFCA é representada por despesas excepcionadas pelo dispositivo legal supracitado.

Tabela 10 – Exceções à inscrição de restos a pagar não processados

R\$ milhões

RPNP	Inscrito	Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo	%
<b>RPNP TOTAL UFCA</b>	<b>16.834.128,67</b>	<b>9.032.019,46</b>	<b>8.133.980,13</b>	<b>1.010.418,65</b>	<b>6.791.690,56</b>	<b>100%</b>
<b>Exceções do Art. 68, § 3º, II, Dec.93.872/86</b>	<b>16.619.777,42</b>	<b>8.907.254,71</b>	<b>8.009.215,38</b>	<b>920.832,15</b>	<b>6.791.690,56</b>	
UFCA financiadas com recursos da Manut. e Desenv. do Ensino	16.583.748,61	8.872.878,70	7.974.839,37	920.832,15	6.790.037,76	
<b>RPNP Total na UFCA (-) Exceções do Decreto</b>	<b>214.351,25</b>	<b>124.764,75</b>	<b>124.764,75</b>	<b>89.586,50</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
PNAES	214.351,25	124.764,75	124.764,75	89.586,50	0,00	

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Tesouro Gerencial

Nota: Nota: Os valores referentes às despesas do Ministério da Educação financiadas com recursos destinados à manutenção e desenvolvimento do ensino são representados pelas despesas com indicador de “Lei Calmon = “SIM”. Já os valores relativos ao PNAES **não** possuem indicado “Lei Calmon = “SIM”.

**Percebe-se, portanto, que 100,00% dos saldos de restos a pagar inscritos pela UFCA se referem a valores excetuados pelo artigo 68, § 3º, II, do Decreto 93.872/86.**